

Ao Sr. Márcio Félix

Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia

Contribuições da Gerência Executiva de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria à chamada pública nº 20, contribuições para a iniciativa Gás para Crescer

Senhor Secretário,

A CNI, como entidade máxima de representação da indústria Brasileira, não poderia se furtar ao dever de discutir e contribuir para o aperfeiçoamento da Iniciativa Gás para Crescer.

As contribuições apresentadas abaixo são frutos de reflexões e discussões da equipe técnica interna e também de reuniões realizadas com federações estaduais de indústrias e associações industriais parceiras.

1 – Pontos positivos da Iniciativa Gás para Crescer:

a - A publicação dos documentos demonstram uma nova postura do MME. A elaboração dos documentos da Iniciativa Gás para Crescer aconteceu em um processo estruturado de diálogo com a sociedade:

Diversas entidades foram chamadas para opinar;

Realização das oficinas de trabalho;

Realização da atual de consulta pública.

Esperamos que essa postura de diálogo com toda a sociedade continue nas etapas futuras.

b – O MME reconhece em um documento oficial que a situação “real” do mercado de gás natural é de monopólio. Isso demonstra um maior alinhamento com diversas entidades de representação de consumidores de gás e abre a perspectiva de discutirmos a necessidade de atrair novos agentes e investidores para toda a cadeia de gás natural.

c – As frentes de trabalho constituídas para a elaboração do Documento “Diretrizes estratégicas da Iniciativa Gás para Crescer” e os respectivos anexos,

embora não exaustivos, apresentam os temas relevantes para o alcance do objetivo da Iniciativa Gás par Crescer.

d – O conteúdo técnico dos materiais postos em audiência pública demonstram um alinhamento estratégico com as expectativas do mercado e com os diversos documentos elaborados pela CNI e outras instituições de defesa de interesses da indústria elaborados nos últimos anos.

e – O MME reconhece no documento elaborado que a transição do mercado atual para um mercado de gás competitivo (diversidade de agentes) exigirá um período de transição com intensas mudanças e discussões. Será necessário manter o diálogo em bom nível técnico, visando a racionalidade na regulação, a atração do investimento, a promoção da concorrência, a segurança operacional e contratual à serviço de uma economia mais competitiva.

f – MME reconhece em um documento oficial que a indústria de gás natural brasileira é relativamente recente, pouco madura e ainda dependente dos investimentos da Petrobras, que tem o seu perfil de investimentos associado à produção de petróleo *offshore*. Tal posicionamento abre a perspectiva de discutirmos de forma sincera a elaboração de uma nova agenda do gás natural.

2 – Sugestões de aperfeiçoamento ao documento Diretrizes Estratégicas da Iniciativa Gás para Crescer:

a – Medidas pró-concorrenciais na oferta de gás natural:

A potencial aplicação dos instrumentos legais e regulatórios de aumento da concorrência na oferta de gás natural (aplicação da *Essential Facilities Doctrine* aos dutos de escoamento, UPGNs e terminais de GNL; programas de *Gas Release*; chamada pública para o suprimento de gás da Bolívia) exigirá intensas discussões e maior aprofundamento técnico para aplicação à realidade brasileira. Sugerimos que o MME defina as ações prioritárias com previsão de implementação para que possamos construir os estudos necessários e contribuir de forma efetiva para as discussões;

A promoção da exploração de gás natural em terra foi pouco abordada no documento. Sem uma campanha agressiva de exploração de gás em terra, ambiente natural de exploração de gás natural, não teremos um suprimento abundante e competitivo no longo prazo. A CNI realizou diversos estudos sobre o tema e pode contribuir para a construção de uma agenda nesse tópico¹

¹ Gás natural em terra: Uma agenda para o desenvolvimento e modernização do setor: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e->

É preciso construir um equilíbrio entre o interesse do investidor, segurança regulatória e a promoção da competição, sempre visando o melhor para a economia nacional.

b - Medidas pró-concorrenciais na comercialização de gás natural:

A potencial proibição do *Self-dealing* ou qualquer outra discussão de desverticalização em uma indústria de gás natural com auto grau de verticalização, é muito bem vinda e necessária. Contudo exigirá intensas discussões e maior aprofundamento técnico para aplicação à realidade brasileira. Sugerimos que o MME defina as ações prioritárias com previsão de implementação para que possamos construir os estudos necessários e contribuir de forma efetiva para as discussões;

O documento posto em consulta pública prega o respeito aos contratos vigentes. Não ficou claro como se dará um processo de desverticalização sem que os agentes atuantes tenham que vender ativos em um eventual processo de proibição do *self-dealing*. A aplicação dos conceitos da Iniciativa Gás para Crescer estará submetido/alinhado à estratégia de venda de ativos da Petrobras? Como poderemos dar previsibilidade ao investidor interessado em entrar no mercado?

É preciso aprofundar a discussão de como aumentar o número de compradores de gás no mercado atacadista. Gostaríamos de sugerir a venda das participações diretas e indiretas da Petrobrás na distribuição, ao maior número possível de agentes, evitando assim a potencial formação de oligopsônio na compra de gás. Este processo de venda pulverizada poderia ser acompanhado de eventual abertura de capital dessas empresas como forma de mobilizar recursos adicionais para novos investimentos.

Também gostaríamos de sugerir a elaboração de diretivas nacionais de regulamentação da atividade de distribuição de gás natural, visando a formação de um mercado mínimo de consumidores livres ou auto importadores em um horizonte futuro pré-definido, exemplo: 10% de consumo de gás natural em cada mercado estadual até 2022.

c - Medidas pró-concorrenciais no transporte de gás natural:

O efetivo aumento da competitividade no transporte de gás natural dependerá da implementação conjunta de medidas complexas, que

exigirão discussões técnicas profundas, intenso capital político do executivo para negociar as mudanças legais necessárias no poder legislativo. Sugerimos que o MME defina as ações prioritárias com previsão de implementação para que possamos construir os estudos necessários e contribuir de forma efetiva para as discussões;

As mudanças legais e regulatórias necessárias ao transporte de gás natural precisam ser apresentadas como um pacote, cuja a implementação incompleta resultará na ineficácia no alcance dos objetivos da iniciativa Gás para Crescer. Exemplos: (1) a venda dos ativos de transporte sem a disponibilização de capacidade firme ociosa de transporte ao mercado implicará na impossibilidade de novos fornecedores de gás natural; (2) a cobrança do ICMS precisa estar desvinculada do fluxo físico do gás natural para que o sistema de entrada/saída possa ser implementado, etc;

A entrada de novos agentes no sistema de transporte exigirá a concepção legal da figura do sistema nacional de “transporte de gás natural” e de seu respectivo operador. Reconhecemos que no atual momento a única empresa capaz de desempenhar esse papel é a Petrobras. Sugerimos que o processo de “contratação” da Petrobras como operadora do futuro sistema nacional de transporte aconteça visando o aumento da transparência e da eficiência do sistema nacional de transporte.

d - Harmonização entre gás natural e a geração de energia elétrica:

A leitura do material relativo a esse tema demonstra que a integração do setor de gás natural com o setor elétrico é complexa e exigirá adaptações à legislação vigente do setor elétrico. Sugerimos que o MME defina as lacunas de conhecimento atuais as ações prioritárias com previsão de implementação para que possamos construir os estudos necessários e contribuir de forma efetiva para as discussões;

Gostaríamos de sugerir que implementação de geração de energia térmica na base aconteça visando a modicidade tarifária (do gás natural e da energia elétrica), a segurança no abastecimento e a expansão racional das malhas de transporte e distribuição. Sendo assim sugerimos:

- A implementação de térmicas na base;
- A realização de leilões de um *pool* de fornecimento prévio ao leilão de térmicas na base, visando maior segurança no fornecimento e o estímulo à entrada de novos provedores de gás natural;

- A promoção de um programa de exploração de gás em terra visando, a longo prazo, o suprimento nacional e *on shore* para um programa de expansão de térmicas na base.

e- Harmonização entre regulações estaduais e federal

Reconhecemos que os estados são soberanos na regulação da atividade de distribuição de gás natural encanado em seus territórios. Sem a aprovação de uma emenda constitucional que altere o quadro legal vigente, a capacidade de atuação do Governo Federal na promoção da competitividade na distribuição é limitada e dependente de cooperação. Assim sendo, sugerimos:

- A elaboração de Diretivas Nacionais, orientando a regulação de gás natural nos estados visando uma maior homogeneidade;
- A disponibilização permanente de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento pela ANP, visando a capacitação de corpo técnico das agências reguladoras estaduais;
- Revisão dos atuais contratos de concessão de distribuição de gás natural encanado, visando:
 - Comprovação de prudência nos investimentos realizados e reconhecidos na tarifa de distribuição;
 - Transparência na metodologia de formação das tarifas de distribuição;
 - Determinação de percentual mínimo do mercado de gás natural que deverá ser exercido por consumidor livre, executando-se termelétricas;
 - Inibição de práticas abusivas da empresa detentora do monopólio de distribuição.
- Realização de audiências públicas periódicas de revisão das tarifas de transporte;
- Estudar a venda da participação dos estados nas empresas de distribuição como elemento de reestruturação da dívida dos estados com a União.

f - Considerações gerais ao documento “Diretrizes estratégicas da Iniciativa Gás para Crescer”

Considerar o potencial de consumo reprimido da indústria consumidora de gás natural (não geradora de energia elétrica) como parte de uma estratégia de aumento de consumo de gás natural firme, capaz de atrair investimentos em produção, transporte e distribuição de gás, desde que garantidas as condições mínimas de competitividade e segurança no abastecimento.

A leitura do material apresentado nos passou a impressão da existência de alta diversidade nos graus de maturidade das diferentes frentes de trabalho. Acreditamos que existe a necessidade de contratação de grande quantidade de estudos de alta complexidade. É preciso buscar formas de viabilizar os referidos estudos em um cenário de restrição orçamentária atual do poder executivo.

Sugerimos a construção de uma agenda estratégia para a implementação da Iniciativa Gás para Crescer, tão rápido quanto possível. A definição de quais assuntos serão tratados no curto e no longo prazo reduzirá a especulação dos diversos agentes e permitirá a priorização de recursos, humanos e financeiros, nas ações de implementação imediata.